

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
SICOOB UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Reais)

Descrição	Notas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		5.765.864.898,25	4.841.559.081,53
DISPONIBILIDADES	4	11.118.150,27	231.455,61
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		5.703.230.012,31	4.792.316.579,66
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	3.400.240.633,15	4.230.645.837,45
Títulos e Valores Mobiliários	4	2.267.415.767,01	490.270.562,02
Operações de Crédito	6a	35.528.409,89	71.400.180,19
Outros Ativos Financeiros	7	45.202,26	-
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6a	(5.284,10)	(21.581,89)
(-) Operações de Crédito		(5.284,10)	(21.581,89)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS		1.510,96	1.509,73
OUTROS ATIVOS	8	2.166.045,22	1.002.769,69
INVESTIMENTOS	9	29.734.156,53	27.951.912,47
IMOBILIZADO DE USO	10	22.408.943,46	22.358.765,86
INTANGÍVEL		1.380.021,13	1.370.105,49
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	10.1	(4.168.657,53)	(3.652.435,09)
TOTAL DO ATIVO		5.765.864.898,25	4.841.559.081,53
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.765.864.898,25	4.841.559.081,53
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		5.567.749.347,07	4.663.699.066,37
Relações Interfinanceiras		5.567.545.412,72	4.663.592.597,07
Centralização Financeira - Cooperativas	11	5.567.545.412,72	4.663.592.597,07
Outros Passivos Financeiros	12	203.934,35	106.469,30
PROVISÕES		-	21.395,59
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	13	633.518,66	599.281,10
OUTROS PASSIVOS	14	21.125.351,67	11.400.126,39
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		176.356.680,85	165.839.212,08
CAPITAL SOCIAL	16a	145.446.624,76	140.255.740,39
RESERVAS DE SOBRAS	16b	25.583.471,69	24.152.570,23
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(506.279,06)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		5.832.863,46	1.430.901,46
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.765.864.898,25	4.841.559.081,53

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
SICOOB UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO
(Em Reais)

Descrição	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		70.781.828,74	64.025.104,40
Operações de Crédito		632.791,29	928.754,66
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.054.907,87	1.160.508,68
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		50.434.544,71	55.614.796,06
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		18.659.584,87	6.321.045,00
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(69.033.488,22)	(61.532.444,47)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(69.049.786,01)	(61.893.988,83)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		16.297,79	361.544,36
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.748.340,52	2.492.659,93
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		3.963.480,03	4.109.278,06
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços		4.774,64	4.906,95
Dispêndios e Despesas de Pessoal	17a	(8.159.474,20)	(7.298.820,79)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	17b	(1.664.661,13)	(1.482.952,30)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(75.711,74)	(68.308,01)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		2.287.947,44	1.563.323,94
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	17c	11.628.811,29	11.407.144,45
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais		(58.206,27)	(16.016,18)
PROVISÕES		21.395,59	3.565,93
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		21.395,59	3.565,93
RESULTADO OPERACIONAL		5.733.216,14	6.605.503,92
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		277.653,40	241.147,21
Rendas de Aluguel		277.653,40	241.147,21
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		6.010.869,54	6.846.651,13
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(178.006,08)	(86.003,28)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(106.753,80)	(49.252,05)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(71.252,28)	(36.751,23)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		5.832.863,46	6.760.647,85
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		5.832.863,46	6.760.647,85

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
SICOOB UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Reais)

Descrição	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES			
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(1.035.807,90)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(2.287.947,44)	(1.563.323,94)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(16.297,79)	(361.544,36)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(21.395,59)	(3.565,93)
Atualização de Depósitos em Garantia		-	(13.221,40)
Depreciações e Amortizações		516.222,44	415.635,72
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		4.201.451,16	4.284.823,32
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(56.929.587,02)	(167.326.184,87)
Operações de Crédito		35.871.770,30	12.985.552,66
Outros Ativos Financeiros		(45.202,26)	208.355,78
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(1,23)	-
Outros Ativos		(1.163.275,53)	(275.361,71)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Relações Interfinanceiras		903.952.815,65	1.079.078.748,95
Outros Passivos Financeiros		97.465,05	147.321,65
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		34.237,56	(128.395,09)
Outros Passivos		9.725.225,28	(2.233.884,29)
Imposto de Renda		(106.753,80)	(49.252,05)
Contribuição Social		(71.252,28)	(36.751,23)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		895.566.892,88	926.654.973,12
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos		-	1.026.641,60
Distribuição de Sobras da Confederação		-	9.166,30
Aquisição de Intangível		32.301,98	126.035,57
Aquisição de Imobilizado de Uso		(92.395,22)	(1.939.064,18)
Aquisição de Investimentos		(575,68)	(1.110.841,59)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(60.668,92)	(1.888.062,30)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		5.190.884,37	5.684.452,48
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		5.190.884,37	5.684.452,48
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		900.697.108,33	930.451.363,30
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		4.501.919.819,57	2.794.271.818,37
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		5.402.616.927,90	3.724.723.181,67
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		900.697.108,33	930.451.363,30

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
SICOOB UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
(Em Reais)

Descrição	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		5.832.863,46	6.760.647,85
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(506.279,06)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas	2.1	(506.279,06)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		5.326.584,40	6.760.647,85

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
SICOOB UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Outras Reservas	Outros Resultados Abrangentes	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		129.694.242,21	(764.604,95)	2.329.341,49	17.615.843,34	-	1.107.098,90	149.981.920,99
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	3.436.440,39	-	-	(3.436.440,39)	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		4.919.847,53	764.604,95	-	-	-	-	5.684.452,48
Reversões de Reservas		-	-	(2.329.341,49)	-	-	2.329.341,49	-
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	-	6.760.647,85	6.760.647,85
Saldos em 30/06/2020		134.614.089,74	-	3.436.440,39	17.615.843,34	-	6.760.647,85	162.427.021,32
Saldos em 31/12/2020		140.255.740,39	-	3.913.407,54	20.239.162,69	-	1.430.901,46	165.839.212,08
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	1.430.901,46	-	-	(1.430.901,46)	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		5.190.884,37	-	-	-	-	-	5.190.884,37
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	-	5.832.863,46	5.832.863,46
Ajuste de avaliação patrimonial - invest. em coligadas e controladas	2.1	-	-	-	-	(506.279,06)	-	(506.279,06)
Saldos em 30/06/2021		145.446.624,76	-	5.344.309,00	20.239.162,69	(506.279,06)	5.832.863,46	176.356.680,85

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO 2021

Valores em reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO** foi fundada em **27 de agosto de 2000** e tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada em 23/08/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior; v) A partir de abril de 2021, em atendimento ao “CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, a Central passou a reconhecer em seu patrimônio líquido, em conta de outros resultados abrangentes, os efeitos reflexos de seu investimento no Banco Sicoob, avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial. Este reconhecimento, somente foi possível neste momento em razão da inexistência, até então, de

atributo específico para cooperativas na conta de ajustes de avaliação patrimonial de coligadas e controladas do plano de contas COSIF definido pelo Banco Central do Brasil à conta. Neste sentido, em função da impossibilidade de registro contábil até março de 2021 e da avaliação de imaterialidade do ajuste, a contabilização do montante acumulado em resultado abrangente foi realizada dentro deste período contábil, de forma prospectiva, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e retificação de erro.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CONFEDERAÇÃO**, avaliadas pelo **método de custo**, e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida

útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários	11.118.150,27	231.455,61
Aplicações Interfinanceiras (I)	3.400.240.633,15	4.230.645.837,45
LFT - Compromissadas	1.795.840.773,83	-
Depósitos Interfinanceiros	1.604.399.859,32	4.230.645.837,45
Letras Financeiras	1.880.308.254,73	314.065.817,20
Letras Financeiras - Pós Fixada (II)	369.795.538,85	305.394.052,20
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (III)	1.496.841.043,83	-
LFT Centralização Recursos Municípios (III)	13.671.672,05	8.671.765,00
Cotas de Fundo de Renda Fixa (IV)	387.107.512,28	176.204.744,82
Banco do Brasil – CP	3.453.135,19	3.570.294,00
Bancoob Centralização FI – Renda Fixa (II)	383.654.377,09	172.634.450,82
TOTAL (1)	5.678.774.550,43	4.721.147.855,08
Aplicações Interfinanceiras bloqueadas - Em Garantia (2) (V)	276.157.622,53	219.228.035,51
Caixa e Equivalente de Caixa (1 - 2)	5.402.616.927,90	4.501.919.819,57

(I) Refere-se a aplicações em depósitos interfinanceiros livres no Bancoob indexados ao CDI com taxas entre 101% a 110%. Os Rendimentos auferidos com depósitos interfinanceiros no 1º semestre de 2021 e 2020 foram respectivamente R\$50.434.544,71 e R\$55.614.796,06.

(II) Referem-se a aplicações em Letras Financeiras (LF) cujas contrapartes são instituições financeiras, cujos rendimentos são atrelados à taxa CDI entre 103% e 122%, de alta liquidez, com cláusula de resgate em prazo igual ou inferior a 90 dias.

(III) Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são aplicações pós fixadas na Secretaria de Tesouro Nacional, cujos rendimentos são atrelados à taxa SELIC, de altíssima liquidez no mercado secundário.

(IV) Cotas de Fundo de Renda Fixa de alta liquidez, com cláusula de resgate em prazo igual ou inferior a 90 dias.

Tais aplicações (LF, LFT e Cotas de Fundos) apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Os rendimentos auferidos com títulos e valores mobiliários no 1º semestre de 2021 e 2020 foram respectivamente R\$18.659.927,46 e R\$6.533.162,13.

(v) Em **30 de junho de 2021**, as aplicações em depósitos interfinanceiros no Bancoob bloqueados, em garantias de repasses de operações de crédito rural, indexados ao CDI com taxas entre 98% a 102%.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	276.326,60	35.252.083,29	35.528.409,89	71.400.180,19
Total de Operações de Crédito	276.326,60	35.252.083,29	35.528.409,89	71.400.180,19
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.763,27)	(2.520,83)	(5.284,10)	(21.581,89)
TOTAL	273.563,33	35.249.562,46	35.523.125,79	71.378.598,30

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	35.000.000,00	35.000.000,00	-	70.000.000,00	-
A	0,50%	Normal	-	-	-	816.940,48	(4.084,70)
B	1%	Normal	528.409,89	528.409,89	(5.284,10)	-	-
C	3%	Normal	-	-	-	583.239,71	(17.497,19)
Total Normal			35.528.409,89	35.528.409,89	(5.284,10)	71.400.180,19	(21.581,89)
Total Geral			35.528.409,89	35.528.409,89	(5.284,10)	71.400.180,19	(21.581,89)
Provisões			(5.284,10)	(5.284,10)		(21.581,89)	
Total Líquido			35.523.125,79	35.523.125,79		71.378.598,30	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	70.076,57	206.250,03	35.252.083,29	35.528.409,89

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos	30/06/2021	% da Carteira
Outros	35.528.409,89	35.528.409,89	100%
TOTAL	35.528.409,89	35.528.409,89	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	21.581,89	383.975,00
Constituições / Reversões	(16.297,79)	(362.393,11)
TOTAL	5.284,10	21.581,89

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	35.000.000,00	98,51%	35.000.000,00	70,59%
10 Maiores Devedores	35.528.409,89	100,00%	71.400.180,19	100,00%
50 Maiores Devedores	35.528.409,89	100,00%	71.400.180,19	100,00%

g) Operações renegociadas:

Em 30/06/2021 e 31/12/2020, a Central não possuía operações renegociadas em sua carteira de crédito.

7. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas a Central por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Outras Rendas a Receber	45.202,26	-
TOTAL	45.202,26	-

8. Outros Ativos

Em 30/06/2021 e 31/12/2020 a rubrica outros ativos apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	291.366,30	44.907,16
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	52.262,05	46.987,90
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	954.181,21	399.059,63
Pagamentos a Ressarcir	306.356,17	150.856,02
Devedores Diversos - País	40.023,82	126.765,06
Despesas Antecipadas	521.855,67	234.193,92
TOTAL	2.166.045,22	1.002.769,69

9. Investimentos

Em 30 de junho de 2021, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participações Inst Financ Controlada Coop Crédito (I)	17.676.915,10	17.454.835,14
Participações Coop Exceto Coop Central Crédito (II)	302.810,34	302.810,34
Sicoob Confederação (II)	5.117.775,25	5.117.775,25
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito (III)	6.631.979,99	5.071.815,89
Outros Investimentos	4.675,85	4.675,85
TOTAL	29.734.156,53	27.951.912,47

(I) Ações do Bancoob no montante de R\$17.676.915,10 distribuídas em 5.199.028 ações ordinárias e em 3.454.422 ações preferenciais, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Em 2020 quando da alteração do acordo de acionista do Bancoob bem como pela influência exercida pela Central na Administração daquelas Instituições, os investimentos passaram a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial;

(II) São investimentos em quotas do Sicoob Confederação e da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

(III) São investimentos em ações ordinárias da Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda, subsidiária integral da Central. O patrimônio líquido em 31 de maio de 2021 é de R\$6.631.979,99 cujo percentual de participação é de 100%, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

10. Imobilizado de uso

Em 30/06/2021 e 31/12/2020, o imobilizado está assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (I)		304.962,37	304.962,37
Terrenos		5.530.367,93	5.530.367,93
Edificações	4%	13.739.599,96	13.739.599,96
Instalações	10%	248.997,53	248.997,53
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.030.187,54	1.019.236,54
Sistema de Comunicação	20%	174.612,93	174.612,93
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.067.075,96	1.027.849,36
Sistema de Segurança	10%	95.639,24	95.639,24
Sistema de Transporte	20%	217.500,00	217.500,00
TOTAL		22.408.943,46	22.358.765,86

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10.1 Depreciação e Amortização Acumulada

Em 30/06/2021 e 31/12/2020, a depreciação e amortização acumulada está assim composto:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(1.684.364,55)	(1.409.573,19)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(105.488,35)	(94.239,79)
(-) Depreciação Acum. Mobiliário	(364.552,35)	(314.824,65)
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(917.723,61)	(810.118,12)
(-) Amortização de Ativos Intangíveis	(1.096.528,67)	(1.023.679,34)
TOTAL	(4.168.657,53)	(3.652.435,09)

11. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

Composto por depósitos efetuados pelas singulares na centralização financeira da Central Sicoob UNI com liquidez imediata. O valor dos depósitos é ajustado levando em consideração a rentabilidade auferida nos investimentos realizados de acordo com a política da Instituição aprovada pelo conselho de administração. Os rendimentos são pós fixados indexados à taxa CDI.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Centralização Financeira - Cooperativas	5.567.545.412,72	4.663.592.597,07

As despesas com depósitos interfinanceiros no 1º semestre de 2021 e 2020 foram respectivamente R\$69.049.786,01 e R\$61.893.988,83.

12. Outros Passivos Financeiros

Em 30/06/2021 e 31/12/2020, a outros passivos financeiros está assim composto:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigação por Aquisição de Bens e Direitos	203.934,35	-	106.469,30	-

Os valores acima são decorrentes de provisões para pagamento (fornecedores) decorrentes de aquisição de bens ou serviços que tem a sua exigibilidade de acordo entre as partes envolvidas.

13. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais, classificadas no passivo na conta de Obrigações Fiscais estão assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	124.291,39	-	-	-
Impostos e Contribuições a Recolher	509.227,27	-	599.281,10	-
TOTAL	633.518,66	-	599.281,10	-

14. Outros Passivos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (I)	292.190,28	-	292.190,28	-
Resultado de Atos com não Associados (I)	259.825,46	-	259.825,46	-
Cotas de Capital a Pagar	-	-	36.663,11	-
Despesas de Pessoal (II)	2.360.074,50	-	1.558.939,98	-
Outras Despesas Administrativas	166.006,39	-	190.107,98	-
Prov. Rendimento da Centralização Financeira (III)	17.092.114,87	-	7.725.193,33	-
Outros (Fundo de Marketing e Instituto Sicoob)	804.374,09	-	1.239.159,64	-
Outros Recursos a Serem Conciliados	150.766,08	-	98.046,61	-
TOTAL	21.125.351,67	-	11.400.126,39	-

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se a provisão de férias e respectivos encargos sociais e outros valores a pagar relativos a despesas administrativas da cooperativa.

(III) Refere-se a prov. dos rendimentos da centralização financeira (depósitos da cooperativa na Central).

15. Provisão para demandas Judiciais e passivos contingentes

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica da CENTRAL SICOOB UNI, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figure como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível ou provável, portanto não requer a constituição de provisão passiva.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito em um voto.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	145.446.624,76	140.255.740,39
Quantidade de Associados	21	20

Em janeiro de 2021 foi realizado a filiação da cooperativa SICOOB UNISP – COOPERATIVA DE CRÉDITO (4295), ocasião em que passou a ter 21 cooperativas singulares.

b) Reserva de Sobra

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Especial - Fundo Assemblear de Reserva Especial

Conforme determinado no artigo 35 do Estatuto Social, o Fundo de Reserva Especial será constituído pela destinação de 55% das sobras do exercício. Este Fundo tem regulamentação própria aprovada pelo Conselho de Administração, que fixa o modo de aplicação e liquidação. O Fundo é destinado a promover:

- I- O melhoramento, aprimoramento, racionalização, padronização, implementação e manutenção de controles próprios das atividades e serviços que atendam os objetivos da central e suas filiadas no contingenciamento e monitoramento da liquidez.
- II- A racionalização mediante incorporação ou fusão de singulares ou entre filiadas e outras não filiadas
- III- O contingenciamento decorrente de migração de sistemas – tecnológico ou não, gastos de organização e expansão da central e singulares filiadas.

d) Sobras do Exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **24/04/2021**, foi deliberado que as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de **R\$1.430.901,46** fossem destinadas integralmente para o Fundo de Reserva.

17. Demonstrações das Sobras e Perdas

a) Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.203.263,49)	(1.128.598,38)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.288.227,97)	(1.044.209,11)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.478.865,59)	(1.444.143,05)
Despesas de Pessoal - Proventos	(4.178.973,97)	(3.668.625,04)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2.152,00)	(1.968,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(7.991,18)	(11.277,21)
TOTAL	(8.159.474,20)	(7.298.820,79)

b) Outras Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(67.256,92)	(57.796,27)
Despesas de Aluguéis	(13.906,84)	(10.127,48)
Despesas de Comunicações	(50.867,82)	(46.659,50)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(103.489,96)	(69.183,18)
Despesas de Material	(11.828,85)	(24.292,66)
Despesas de Processamento de Dados	(216.918,79)	(191.788,08)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(68.781,14)	(45.061,90)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(47.821,28)	(11.522,55)
Despesas de Publicações	(525,00)	(8.112,00)
Despesas de Seguros	(6.396,73)	(12.052,62)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(6.890,11)	(47.973,31)
Despesas de Serviços de Terceiros	(38.964,27)	(17.105,15)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(34.317,46)	(47.718,37)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(179.276,76)	(153.139,81)
Despesas de Transporte	(9.741,86)	(8.533,96)
Despesas de Viagem no País	(3.276,41)	(34.112,79)
Despesas de Amortização	(30.631,71)	(42.287,57)
Despesas de Depreciação	(485.590,73)	(373.348,15)
Outras Despesas Administrativas	(116.480,18)	(116.670,88)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(3.138,42)	(2.514,18)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(168.559,89)	(162.951,89)
TOTAL	(1.664.661,13)	(1.482.952,30)

c) Outras ingressos e receitas operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	13.635,90	22.942,48
Dividendos	-	1.026.641,60
Rateio de Despesas da Central Entre Filiadas	11.393.803,97	10.334.509,94
Atualização Depósitos Judiciais	-	13.221,40
Deduções e Abatimentos	3.765,94	647,21
Distribuição de Sobras da Confederação	-	9.166,30
Premiações	217.605,00	-
Outras Rendas Operacionais	0,48	15,52
TOTAL	11.628.811,29	11.407.144,45

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas jurídicas filiadas à esta Central, e à Confederação, as quais influenciam mensalmente para o resultado desta Instituição.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Singulares

Transação	Ativo/(Passivo e PL)	
	30/06/2021	31/12/2020
Valores a receber / a pagar		
Operações de Crédito	35.528.409,89	71.400.180,19
Rateio/Alocação Filiadas	282.068,89	126.065,00
Centralização Financeira	(5.567.545.412,72)	(4.663.592.597,07)
Remuneração da Centralização Financeira	(17.092.114,87)	(7.725.193,33)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	(145.446.624,76)	(140.255.740,39)
Receitas/(Despesas)		
Transação		
	30/06/2021	30/06/2020
Operações de Crédito	632.791,29	928.754,66
Rateio/Alocação Filiadas	10.334.509,94	11.393.803,97
Centralização Financeira	(69.049.786,01)	(61.893.988,83)

b) Remuneração paga a administradores

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo SICOOB UNI do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.203.263,49)	(1.128.598,38)
Encargos Sociais	(329.968,52)	(291.699,21)
TOTAL	(1.533.232,01)	(1.420.297,59)

Ainda conforme decidido na Assembleia Geral, a cédula de presença por reunião do Conselho de Administração e Fiscal, será custeada diretamente pela cooperativa singular representada, com valor correspondente àquele pago pela própria singular a seus conselheiros.

19. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e Banco Sicoob.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

19.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

19.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

19.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

19.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

19.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

20. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência	176.003.592,13	164.587.229
Capital Principal - CP	28.336.003,54	50.974.247
Índice de Basileia %	26,21%	14,29%
Índice de imobilização %	14,93%	15,25%
Ativos Ponderados pelos Riscos	629.688.967,50	1.132.761.045

GOIÂNIA-GO, 30 de junho de 2021.

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Bruno de Oliveira Borges
Contador CRC GO 25.074/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da
Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito – SICOOB UNI

Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito – SICOOB UNI, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB UNI em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

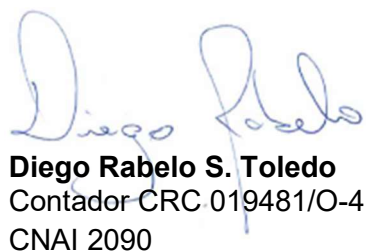
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 23 de agosto de 2021.




Diego Rabelo S. Toledo
Contador CRC 019481/O-4
CNAI 2090